



Análises

04/03/2012 - Violência política na Costa do Marfim e a transição governamentalp.01

A conturbada transição política ocorrida na Costa do Marfim após a realização de eleições em Novembro de 2010, somadas aos ataques ocorridos em Setembro de 2011, evidenciam a iminência da continuidade do conflito entre sul e norte e a importância do novo governo no enfrentamento dos desafios que se apresentam ao país.

04/03/2012 - Segurança nos Jogos Olímpicos de Londres 2012.....p.04

Vazamento de documentos sigilosos e expressões de desconfiança norte-americana põem em cheque o esquema de segurança preparado pelas autoridades britânicas para os Jogos Olímpicos de 2012, que, segundo o Secretário de Defesa Philip Hammond, será o “maior desafio de segurança enfrentado pelo país em décadas”.

04/03/2012 - Os símbolos de uma integração [3]: uma crise econômica ou institucional?.....p.09

Enquanto a crise da zona do Euro se estende por mais um ano sem grandes perspectivas de solução, uma questão pode ser levantada e que busca analisar o evento sob uma nova perspectiva: seria a crise do Euro um problema majoritariamente econômico ou isso esconderia uma crise ainda mais profunda, uma crise de instituições e normas.

Violência Política na Costa do Marfim e a Transição Governamental

Análise
África Subsaariana
Mariana Balau Silveira
04 de Março de 2012

A conturbada transição política ocorrida na Costa do Marfim após a realização de eleições em Novembro de 2010, somadas aos ataques ocorridos em Setembro de 2011, evidenciam a iminência da continuidade do conflito entre sul e norte e a importância do novo governo no enfrentamento dos desafios que se apresentam ao país.

Após uma década de governo marcado por guerras civis e violência constante entre norte e sul, as eleições de Novembro de 2010, previstas inicialmente para 2005, na Costa do Marfim, representaram o possível fim de um período de conflitos violentos e cisão interna no país.

A posse de Alassane Ouattara e o reconhecimento internacional de sua vitória por grande parte dos Estados Africanos, a ONU e a UA, porém, suscitou uma série de revoltas por parte das forças leais ao ex-presidente Laurent Gbagbo e iniciou um período de ataques violentos em todo o território marfinense.

O governo Gbagbo e um país em constante conflito

Eleito no ano 2000, Laurent Gbagbo, historiador e escritor, criou a Frente Popular Marfinense (FPI) em 1982 e após um período de exílio na França e prisão em 1992, foi empossado com o reconhecimento de sua vitória por parte da Comissão Eleitoral.

O governo, marcado por uma guerra civil entre o norte islâmico e o sul cristão do país, explorou as rivalidades étnicas e religiosas para a conquista e manutenção

do poder. A maioria cristã apoiava Gbagbo enquanto o norte muçulmano lutava pela realização de eleições nas quais Alassane Ouattara, economista marfinense, pudesse concorrer e ser eleito sucessor. O processo de realização de eleições, porém, delineou-se de forma lenta e gradual¹.

A recusa de Gbagbo em afastar-se da presidência marfinense, e sua permanência durante duas décadas sem a realização de eleições, deu-se primariamente em virtude da presença de suas forças armadas em todo o território e as ameaças que constituía, e à dificuldade de mediação do conflito em virtude da resistência do presidente em aceitar quaisquer manifestações da oposição.

Denúncias constantes de violação de direitos humanos por parte do governo levaram a ONU a criar, em fevereiro de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Costa do Marfim (UNOCI), atuando para garantir a realização de eleições e visando fiscalizar possíveis abusos de poder e violência por parte das forças governamentais, além de pressionar o governo no sentido de garantir a

¹ Cronologia da Costa da política marfinense nas últimas décadas:
<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/cote-divoire/chronologie.shtml>

realização de eleições no menor prazo possível.

O prazo inicial, fixado para 30 de Outubro de 2005, quando o mandato do presidente teve fim, não foi respeitado pelo governo de Gbagbo, que permaneceu no poder por mais cinco anos, em meio a uma guerra civil sem precedentes em um país cujo histórico é envolto em prosperidade histórica, luta de etnias e classes e conflitos sangrentos.

Os conflitos em território marfinense são enraizados em questões que perpassam diversas naturezas: das etnias presentes no país ao passado próspero e às migrações conseqüentes a Costa do Marfim.

Os conflitos marfinenses à sombra do passado

A natureza da questão étnico-religiosa no país vai desde as origens de sua colonização pela França, no fim do século XVII, às migrações constantes de muçulmanos para a Costa do Marfim devido à exportação crescente de cacau a nível global e a riqueza proveniente desta. O norte do país tornou-se um território predominantemente muçulmano cujas características tinham peculiaridades distintas do sul cristão, tanto pela própria natureza religiosa, quanto pela ocupação considerada ilegítima pelos habitantes marfinenses.

A rivalidade estendeu-se em âmbito político, e a presença de duas etnias e religiões de forma tão expressiva acabou por gerar a criação de duas frentes revolucionárias que defendiam seus respectivos territórios e procuravam garantir a permanência de seu candidato no poder, ou a transição política, no caso da oposição.

Essa rivalidade latente culminou no maior dos conflitos em território marfinense, uma Guerra Civil que desde 2002 assola o país. O conflito teve início com a tentativa de tomada do controle da capital Abidjan por parte de soldados vindos de Burkina

Faso, país de origem de muitos imigrantes do norte. A divisão do país, já arraigada na sociedade marfinense, tornou-se, então, geográfica, e ainda que não institucionalizada, era marcada pela presença de duas forças armadas opostas: As Forças Armadas Nacionais da Costa do Marfim, ao sul, e as chamadas *Forces Nouvelles*, ao norte.

A presença de UNOCI no país, dois anos depois do início do conflito, e um contingente de tropas enviado pela França, realizaram intervenções militares que minimizaram danos maiores aos direitos humanos e à própria estrutura física do país, tomada por conflitos violentos entre as forças nacionais e os rebeldes. Não foi, porém, suficiente para conter os ataques em sua totalidade: desde o fim dos conflitos em massa o país sofre com conflitos repentinos isolados entre rebeldes vindos dos países ao norte, mercenários, e as forças do governo.

O novo governo e os desafios a enfrentar.

A Guerra Civil foi intimamente ligada às quase duas décadas de governo Gbagbo. A eleição e reconhecimento de Ouattara como novo chefe de Estado marfinense, nesse contexto, representa o fim de um período de controle do país por parte de um governo corrupto e violento, marcado por conflitos graves.

O ex-presidente foi detido na Costa do Marfim e responderá por crimes contra os direitos humanos, segundo representantes da ONU²

É importante, contudo, a observação de que o país ainda não se livrou dos ataques, mesmo depois da posse de Ouattara: as Nações Unidas denunciaram a violência das forças do presidente da Costa do Marfim contra povoações consideradas partidárias do ex-chefe de Estado Laurent Gbagbo, em 17 de Setembro desse ano. E, ainda segundo

² <http://oglobo.globo.com/mundo/onu-gbagbo-pode-ir-tribunal-internacional-2903388>

o responsável da divisão de Direitos Humanos da missão da ONU no território, os ataques de elementos das Forças Republicanas no sul e centro-oeste do país têm-se multiplicado de forma significativa.

O renascimento da Costa do Marfim como um território pacífico e de prosperidade econômica e política depende intimamente da forma com a qual o novo governo vai lidar com a violência no país e com a cisão profunda existente na Costa do Marfim. A solução está ligada à desmilitarização de grupos rebeldes armados, à criação de um exército único regular, que combata as milícias vindas de países ao norte, não fiéis a Gbagbo e, ao mesmo tempo, não aliadas a Ouattara, e a gestão pública feita de forma eficiente.

O presidente prometeu estabelecer, em Abril de 2012, a Comissão da Verdade e Reconciliação, que visará à investigação de possíveis abusos aos direitos humanos e empecilhos a paz em território marfinense.

A Costa do Marfim tem potencial econômico suficiente para a reconstrução do Estado e restabelecimento da qualidade de vida dos habitantes, em virtude de sua exportação de cacau a nível global. A conciliação entre Norte e Sul faz-se necessária, ainda que seja um conflito de origem étnico-religiosa, e Ouattara precisará lidar com as próprias forças revolucionárias, e o poder que lhe foi conferido, para que essas barreiras sejam ultrapassadas.

Referência

Estadão

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,entenda-crise-na-costa-do-marfim,700131,0.htm>

Euronews

<http://pt.euronews.net/2011/06/10/onu-denuncia-ataques-de-forcas-de-ouattara-contra-povoaces-que-apoiavam-gbagbo/>

IGUE, John. **Le Territoire et l'État em Afrique**. Karthala, 1995

La Documentation Française

<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/cote-divoire/chronologie.shtml>

Le Monde Diplomatique

<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=934>

L'express France

http://www.lexpress.fr/actualites/2/monde/le-commando-invisible-d-abidjan-anti-gbagbo-ou-pro-ouattara_976707.html

O Globo

<http://oglobo.globo.com/mundo/onugbagbo-pode-ir-tribunal-internacional-2903388>

Palavras chave: Costa do Marfim, Crise, Guerra Civil, UNOCI.

Segurança nos Jogos Olímpicos de Londres 2012

Análise
Europa
Ricardo Bezerra Requião
04 de Março de 2012

Vazamento de documentos sigilosos e expressões de desconfiança norte-americana põem em cheque o esquema de segurança preparado pelas autoridades britânicas para os Jogos Olímpicos de 2012, que, segundo o Secretário de Defesa Philip Hammond, será o “maior desafio de segurança enfrentado pelo país em décadas”.

Em 27 de Julho de 2012, se iniciará a trigésima edição dos Jogos Olímpicos, pela terceira vez em Londres, Inglaterra. E, como já é lugar-comum quando se trata de eventos internacionais, a segurança das delegações, convidados e espectadores se tornou preocupação central no quadro decisório da organização das competições¹.

Embora o Reino Unido tenha um bom histórico em organização de eventos de grande porte, o país tem sido, historicamente, vítima de atentados terroristas², sendo o maior de sua história um dia após a divulgação de Londres como a sede dos Jogos de 2012³, o que contribuiu, desde então, para o crescimento da tensão quanto à possibilidade de ataques terroristas

durante as competições.

A descoberta, em janeiro de 2012, pelo tablóide *The Sun* de que um oficial da organização do evento havia esquecido, no metrô, um dossiê com detalhes, estratégias, atas de reuniões e dados de funcionários envolvidos nos planos antiterroristas das competições, intensificou as desconfianças quanto à real preparação da cidade para lidar com eventuais ameaças.

Soma-se a isso o comentário, alguns dias antes, do presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres (LOCOG), Sebastian Coe, de que estes seriam os Jogos Olímpicos mais ameaçados da história⁴, haja vista o contexto político em que o apoio britânico aos Estados Unidos na Guerra do Iraque, pode gerar – mais – retaliações.

Há, ainda, conforme relatório divulgado no início de fevereiro de 2012⁵, a possibilidade de atentados terroristas cometidos por pessoas que agem sozinhas, principalmente por não apoiarem a participação de soldados britânicos em lutas armadas na África e no Oriente

¹Entre os atentados já ocorridos nos Jogos Olímpicos, incluem-se o evento mais tarde conhecido como “massacre de Munique”, quando, em 1972, o grupo terrorista Setembro Negro sequestrou e matou 11 atletas israelenses; e a explosão de uma bomba nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 1996, com mais de 110 vítimas, algumas fatais.

²Como os do IRA (Exército Revolucionário Irlandês).

³No dia 7 de Julho de 2005, três trens do sistema de metrô londrino foram atingidos por bombas, em pleno horário de *rush*, matando 56 pessoas e deixando mais de 700 feridos.

⁴<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/01/17/dossie-da-policia-sobre-seguranca-em-londres-2012-e-esquecido-em-um-trem.htm>

⁵<http://home.sercomtel.com.br/n/noticias/detalhe.s.asp?nrseq+343770>

Médio.

Ademais, os Estados Unidos se mostraram preocupados com o esquema de segurança britânico, afirmando que o número de policiais é insuficiente⁶ e que planejam – para que seus atletas, cidadãos e enviados diplomáticos sejam protegidos efetivamente – enviar mil agentes para auxiliar a capital britânica, dentre os quais, 500 membros especializados do FBI, alguns dos quais armados. Tal atitude, ainda que contra-argumentada oficialmente, fez com que o LOCOG repensasse sua política de segurança.

Mudanças no esquema de segurança

No site oficial das Olimpíadas de Londres⁷, o LOCOG afirma estar trabalhando em conjunto com os governos federal e local, forças policiais, agências de segurança, empresas patrocinadoras e parceiros internacionais para que os Jogos sejam seguros e para que ocorra o mínimo de perturbação em todo o país.

Porém, é inegável que o discurso estadunidense teve efeitos sobre o planejamento relativo à segurança e a medidas antiterroristas do Comitê Olímpico.

Logo após a divulgação das preocupações dos Estados Unidos, o LOCOG consentiu que havia subestimado o volume de policiais necessários para a proteção dos mais de cem locais críticos – arenas de competição, alojamentos de atletas, pontos turísticos, aeroportos, estações de transporte público – envolvidos no evento. Então, os originalmente planejados dez mil policiais se tornaram mais de 23 mil.

Quanto às novas demandas surgidas, a

⁶ O número inicial de policiais convocados foi de 10 mil; enquanto há previsões de que alguns dias de competições atrairão 800 mil espectadores em 36 locais diferentes espalhados pela cidade.

⁷<http://www.london2012.com/safety-and-security>

G4S – empresa de segurança privada contratada pelo LOCOG, em complemento às forças oficiais – afirmou que não poderia em tão curto prazo alterar todos os seus planos e estruturas⁸ já delineados para o evento, o que tornou necessário que o Ministério da Defesa interviesse em auxílio, com mais de cinco mil soldados e todos os custos adicionais.

Mesmo a afirmação da Scotland Yard – a polícia londrina – de que o Reino Unido possui uma abrangente estratégia de segurança não foi suficiente para interromper as mudanças de planos do Comitê Olímpico e de outros órgãos, nem para acalmar as autoridades americanas.

Um informe do governo britânico afirma que o orçamento total de segurança dos Jogos Olímpicos foi dobrado, passando a 553 milhões de libras, embora tenha defendido que isso se deu devido a uma decisão autônoma, após avaliação dos meios necessários de garantia de segurança.

Além disso, num pronunciamento oficial, a Ministra do Interior defendeu o bom andamento das medidas securitárias do LOCOG e afirmou que os Estados Unidos e o Comitê Olímpico Internacional (COI) confiam nas medidas britânicas⁹, demonstrando, assim, uma tentativa de por fim às dúvidas quanto à segurança do evento.

Interferência americana

O posicionamento da polícia londrina frente aos protestos de jovens em 2011, o seqüestro de um segurança em uma das arenas de competição há alguns meses e

⁸ A G4S disponibilizará entre 10 e 15 mil seguranças particulares, que estarão em pontos fixos na cidade e também acompanharão delegações.

⁹<http://esportes.terra.com.br/rumo-a-2012/noticias/0,,OI5470352-EI17396,00-Apos+desconfiancas+Inglaterra+defende+seguranc+a+para+Londres.html>

as prisões efetuadas antes da visita do Papa à cidade provocam temores no governo estadunidense, que tenta justificar seu discurso com a – real – possibilidade de um ataque terrorista como o do metrô de Londres, em 2005, que teria os cidadãos estadunidenses entre os alvos prioritários.

Uma vez tendo o governo americano duvidado da capacidade de organização britânica, empresas estadunidenses que são patrocinadoras oficiais do evento, como a Coca-Cola, se pronunciaram afirmando que também possuem exigências quanto à segurança, o que só acrescenta complexidade às operações e estratégias do Comitê Organizador.

As desconfianças levantadas pelas autoridades estadunidenses tiveram ressonância sobre a equipe organizadora do evento; porém, o governo britânico tenta manter os Estados Unidos o mais afastado possível de suas decisões securitárias e estratégicas no que concerne aos Jogos Olímpicos, na tentativa de reforçar sua soberania sobre um evento de sua responsabilidade, tendo em mente os benefícios – econômicos, principalmente – que deste podem advir.

Oficiais britânicos tentam diminuir o tamanho da intromissão estadunidense – os EUA exigiram ter acesso aos planos de proteção de edifícios, contra-terrorismo e segurança de personalidades públicas –, afirmando¹⁰ que as autoridades norte-americanas estão demandando demais numa parceria em que ambos têm posições diferentes e assimétricas e que a insistência estadunidense de que não há segurança suficiente não tem limites.

De frente para Londres e de costas para o resto do país

Enquanto os olhos do mundo e as

¹⁰<http://www.guardian.co.uk/sport/2011/nov/13/us-worried-london-olympics-security-2012>

atenções do governo estiverem direcionados para Londres, o resto do país pode não ter uma boa experiência com os Jogos Olímpicos de 2012, mesmo sabendo-se que o turismo abrangerá muito mais que a capital.

O foco securitário do governo estando voltado para Londres por aproximadamente vinte dias, torna o resto do país alvo mais fácil para eventuais atentados, principalmente devido ao deslocamento de mais de dez mil homens de todo o território para a capital, expondo as demais regiões.

Segundo o *The Sun*¹¹, os ministros já estão informados, também, de que a ocorrência de crimes pode aumentar nestas regiões. Para minimizar a situação, será utilizado um grupo de voluntários civis para reforçar a segurança em todo o país durante os Jogos, e mesmo em Londres, em resolução de problemas chamados “emergências olímpicas relacionadas a civis”, inclusive possíveis protestos de “indignados”¹² dentro de locais olímpicos, que poderiam usar a publicidade dada ao evento como plataforma de manifestações políticas.

Além disso, medidas contra o *cibercrime* ligado aos Jogos Olímpicos já foram tomadas, resultando na detenção de mais de cem pessoas, conforme a Ministra do Interior, Theresa May, numa tentativa de combater “aqueles que tentam lucrar ilegalmente com os Jogos”¹³. Entre os crimes figuram invasão de sites oficiais e de patrocinadores ligados ao evento, ataques de pirataria contra documentos e sistemas digitais do LOCOG e desrespeito

¹¹<http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/2278326/2012-terrorist-plot-warning.html>

¹²“Indignados” tem sido a designação dada aos integrantes de protestos políticos que se multiplicaram no ano de 2011, principalmente na Europa (movimentos na *Plaza de Mayo*, na Espanha) e nos EUA (*Occupy Wall Street*, por exemplo).

¹³http://www.jn.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content_id=2262954

a elementos patenteados e à propriedade intelectual.

Considerações finais

É necessário ressaltar, frente a tudo já visto, que as mudanças – não só nos esquemas de segurança, mas em toda a estrutura dos Jogos Olímpicos londrinos – não estão sendo bem recebidas pela população, já que representam um aumento de 10% nas já bastante altas despesas gerais (9,3 bilhões de libras)¹⁴. Há dúvidas se realmente o evento como um todo será lucrativo e se o breve aumento na economia se manterá por algum tempo após o fim das competições.¹⁵

Além disso, é perceptível um posicionamento ambíguo do governo britânico e do LOCOG quanto às críticas estadunidenses: ao mesmo tempo em que tentam minimizá-las defendendo seu planejamento, eles tentam satisfazer em alguma medida as exigências dos EUA, que além de parceiro político tradicional do Reino Unido, é o país com maiores delegações, uma das principais origens dos turistas que irão à cidade durante o período e o representante diplomático de diversas das empresas que são patrocinadoras oficiais do evento, que ao fim e ao cabo, é tanto ou mais político que esportivo.

Por mais que tentem retirar o foco do aparato de segurança do evento – como tentou a chefe da Polícia Metropolitana

Antiterrorista (Met), Cressida Dick, que foi a público defender a segurança de Londres e negar a futura presença de 500 oficiais do FBI durante o evento – percebe-se que a tensão quanto à Olimpíada de Londres 2012 é crescente; o que, contudo, não chegou a manchar a imagem prévia do evento frente aos espectadores internacionais e aos próprios britânicos, devido a medidas públicas de demonstração de segurança, que chegaram a incluir treinamentos e “exercícios de familiarização”, com embarcações e helicópteros no Rio Tâmisa, na região central de Londres.¹⁶

Contudo, a manutenção de um esquema de segurança na escala “severa” – que inclui múltiplos esquadrões antibombas e equipes de salvamento em várias regiões da cidade – revela que o perigo, de um atentado terrorista, principalmente, é real.

Referência

BBC

<http://www.bbc.co.uk/news/uk-16195861>

Daily Telegraph

<http://www.telegraph.co.uk/sport/olympics/9024497/London-2012-Olympics-security-rehearsal-begins-on-River-Thames.html>

<http://www.telegraph.co.uk/sport/olympics/news/9063596/London-2012-Olympics-security-staff-can-work-at-Games-without-UK-checking-procedures.html>

<http://www.telegraph.co.uk/finance/london-olympics-business/9057901/London-Olympic-Games-security-is-key-to-aiding->

¹⁴Tendo como exemplo os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004 e de Pequim, em 2008, cujos lucros não conseguiram superar os custos de organização do evento e cujos investimentos em infra-estrutura não apresentaram utilidade para a população após as competições, parte da população britânica teme que as Olimpíadas de Londres prejudiquem a economia britânica.

¹⁵A companhia de cartão de crédito Visa, patrocinadora oficial dos Jogos Olímpicos, estima um aumento de gastos de 750 milhões de libras de turistas na cidade durante o evento.

¹⁶Para reduzir a sensação de medo nos turistas, os policiais presentes nas arenas de competição estarão desarmados.

Os símbolos de uma integração [3]: uma crise econômica ou institucional?

Análise
Europa
Vinícius Tavares de Oliveira
04 de Março de 2012

Enquanto a crise da zona do Euro se estende por mais um ano sem grandes perspectivas de solução, uma questão pode ser levantada e que busca analisar o evento sob uma nova perspectiva: seria a crise do Euro um problema majoritariamente econômico ou isso esconderia uma crise ainda mais profunda, uma crise de instituições e normas?

Acada reunião entre líderes europeus uma solução para a crise do euro é levantada e derrubada em questão de horas. Enquanto isso, bancos continuam falindo e o desemprego e a inflação começam a atingir níveis alarmantes na Europa.

Paralelamente, a dívida dos países continua a aumentar, enquanto que as previsões de crescimento para o continente mostram um cenário pessimista¹. Alguns economistas, contudo, afirmam que a crise poderia ser muito mais amena caso algumas decisões fossem tomadas. Isso significa que os líderes europeus dispõe de algumas manobras que podem solucionar o problema. Assim, qual seria o real problema europeu? Se a crise poderia ser largamente solucionada, a Europa estaria diante de uma crise puramente institucional?

A crise, as repetidas tentativas de solucioná-la e um problema em comum

¹ De acordo com a Conferência da ONU para o comércio e desenvolvimento (UNCTAD) a Europa terá crescimento de aproximadamente 0,4%.

A crise europeia começou como uma crise nacional. Em 2008 a Grécia começou a entrar em um ciclo vicioso na qual sua dívida pública aumentava, mas o país não podia deixar de gastar. Essa crise aumentou de proporção e outros países, como Espanha e Portugal, começaram a sofrer do mesmo problema. À época, os líderes da União Europeia apenas cobraram mais rigor nas políticas macroeconômicas dos países afetados, mas nada fizeram para buscar uma solução conjunta da crise.

Isso fez com que a crise aumentasse ainda mais, fazendo com que a Europa não pudesse mais encarar a situação como um problema estritamente nacional. A partir de então, alguns pacotes de ajuda foram emitidos com o objetivo de dar maior sustentação às economias em crise. Em troca, essas deveriam adotar medidas rígidas de austeridade (como cortar salários e pensões). Essa medida gerou uma série de protestos por parte da sociedade civil, que viu na Grécia sua maior demonstração. Milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra as medidas.

Os pacotes de salvamento se mostraram ineficientes à medida que a crise crescia em proporção e começava a ameaçar a terceira maior economia do Bloco, a Itália. Essa também demonstrava altos índices

de dívida pública e nenhuma condição de honrar essas.

Percebendo que apenas pacotes emergenciais não serviriam ao propósito de cessar a crise, os líderes europeus se deparavam entre duas opções: retirar os países devedores do euro, e arriscar a estabilidade da moeda e de todo o processo de integração econômica ou aprofundar ainda mais essa integração, salvando os países, alterando o estatuto do bloco, podendo criar uma espécie de Federação e alterar a constituição (no sentido constitutivo, de organização) do Estado Nacional.

Considerações finais: a crise institucional

À medida que mais reuniões acontecem e mais planos são rejeitados, percebe-se que um outro problema é mais sério do que a crise econômica em si. A grande questão é que o estatuto da União Europeia, e do Euro, não preveem planos de ajuda aos países que não cumprirem suas obrigações. Assim, em alguma medida, os líderes não agem porque não sabem como podem sair da crise e manter o Euro.

O prêmio Nobel de economia, Paul Krugman, afirma que bastaria uma medida do Banco Central Europeu (BCE) para que a crise pudesse ser amenizada. Bastaria ao BCE dizer que seria o prestador de última instância² das economias em crise. Isso faria com que os juros extremamente altos que os países pagam, hoje, em troca da venda dos títulos públicos diminuíssem consideravelmente, dando a esses países mais margem de manobra e aliviando suas economias. “Esse fundo, provavelmente, não teria que ser usado, desde a sua mera existência

deve pôr fim ao ciclo de medo”, diz o economista.

O economista ainda faz o paralelo com outros países, como os Estados Unidos, Japão e Reino Unido, que possuem grandes dívidas, mas conseguem empréstimos a baixas taxas de juros. Isso, segundo Krugman, se deve ao fato de que eles mantêm as suas próprias moedas, e os investidores sabem que “em uma pitada eles poderiam financiar seus déficits imprimindo mais moeda”.

Isso, de acordo com o economista, não levaria, necessariamente, a mais inflação. A criação de moeda não é necessariamente inflacionária em uma economia em recessão, afirma. Além disso, a Europa realmente precisa de uma taxa de inflação modestamente mais elevada do que a média global: ter taxa de inflação muito baixa seria condenar o sul da Europa a anos de deflação altamente prejudicial, praticamente garantindo que a taxa de desemprego continue elevada e uma série de bancarotas desses países.

Assim, o que realmente está em jogo? Os europeus dispõem de duas escolhas: salvar ou não salvar o euro. Quando colocadas dessa maneira, a escolha parece um tanto quanto óbvia, visto que salvar o euro pode significar salvar as economias de todos os países do bloco. Essa escolha esconde, contudo, o que realmente está em jogo: de um lado, abrir mão do projeto de integração que contribuiu, decisivamente, para a manutenção da paz no continente ou, de outro lado, salvá-lo, avançando ainda mais os processos de integração, onde esse pode levar, eventualmente, a criação de uma federação e minar severamente a soberania nacional dos Estados.

Nenhum dos fins citados aqui, derivados das escolhas, ocorrerá necessariamente, o que não significa que eles não sejam altamente prováveis de acontecer.

Nesse sentido, a crise que a Europa vive hoje é menos econômica e mais institucional. Conforme dito

² O prestador de última instância seria aquele ator (país, empresa ou instituição) que garantiria que iria emprestar a quantia necessária para um país mesmo quando outros atores não tiverem o interesse em fazê-lo ou quando o risco for muito alto.

anteriormente, a manobra a ser feita é relativamente simples e os países dispõem dos recursos. Os Estados devem escolher, portanto, se avançam no processo de integração, ao pensar em coordenações macroeconômicas para o bloco, ou se abandonam o projeto.

Por várias vezes a Europa enfrentou desafios no que concerne ao adensamento ou não de seu processo de integração. Até agora foi escolhido manter esse projeto. Essas escolhas não implicavam, contudo, na eminente perda da soberania estatal. Essa nova variável pode alterar substancialmente a escolha que o Bloco tem em seu caminho.

Referência

Estado de São Paulo

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-nao-vai-escapar-da-crise-em-2012-preve-unctad-,804663,0.htm>

Presseurop

<http://www.presseurop.eu/en/content/article/1168981-ecb-has-only-say-word>

The New York Times

http://www.nytimes.com/2011/10/24/opinion/the-hole-in-europes-bucket.html?_r=2

Palavras chave: Europa, União Europeia, Euro, Crise, Grécia, Itália, Alemanha, França, Integração.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>